



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2024/00119

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de empregados e colaboradores da Telebras a serviço
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2023/00738

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO I)

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de empregados e colaboradores da Telebras, exclusivamente a serviço, no âmbito do Distrito Federal - DF e entorno.

1.2 Os serviços serão executados sob demanda.

1.3 Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações das corridas, por meio de aplicação na web e aplicativo mobile, conforme requisitos e funcionalidades especificadas neste Termo de Referência - TR.

1.4 O regime de execução dos serviços será por meio de empreitada por preço global.

1.5 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 71 da lei 13.303 de 2016 e no art. 119 do Regulamento de Licitações da TELEBRAS.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO II E ART. 29, INCISO II)

2.1 Motivação:

2.1.1 A contratação justifica-se pela necessidade de garantir aos colaboradores da TELEBRAS a possibilidade de deslocamento a serviço da empresa, para que possam exercer suas funções institucionais, no âmbito do DF e entorno.

2.1.2 Destaca-se que a TELEBRAS dispõe de veículos executivos locados para atender às necessidades de deslocamento da Diretoria Executiva. Desse modo, a pretensa contratação visa atender a parte operacional da TELEBRAS, ou seja, possibilitar o deslocamento, a serviço, dos demais colaboradores de maneira eficiente e econômica.

2.1.3 Ressalta-se que a contratação visa garantir aos colaboradores da TELEBRAS a utilização do transporte terrestre, com solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações das corridas, utilizando aplicação web e aplicativo mobile.

2.1.4 A opção pela utilização da solução tecnológica contribuirá para melhorar a eficiência administrativa no transporte dos colaboradores a serviço da TELEBRAS durante o exercício de suas atividades profissionais, proporcionando agilidade no atendimento, além de facilitar e automatizar o sistema de controle das despesas.

2.2 Alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico da TELEBRAS



2.2.1 A contratação em questão não está prevista no Plano Anual de Contratações (PLAC) para o ano de 2024, no entanto, foi aprovada na 1795ª Reunião da Diretoria Executiva da Telebras (TLB-DEC-2024/00468), conforme § 4º do Art. 16 do Regulamento de Licitações e contratos da Telebras:

"As aquisições e contratações não previstas pelo plano poderão ser autorizadas pela Diretoria Executiva, devendo a área demandante apresentar as justificativas da necessidade da aquisição/contratação e, quando for o caso, as razões da não inclusão no plano."

2.2.2 Destaca-se ainda, que conforme o Regimento Interno da TELEBRAS, art. 25, inciso XI, compete à Gerência de Logística executar as atividades relativas ao transporte de pessoal e de cargas. Neste sentido, a contratação possibilitará à Gerência de Logística o cumprimento de suas atribuições regimentais.

2.2.3 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pelo centro de custos da Gerência de Logística.

2.3 Benefícios esperados com a contratação/resultados pretendidos:

2.3.1 Garantir o deslocamento de colaboradores, a serviço, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, 7 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados, de forma eficiente e econômica, no âmbito do DF e entorno;

2.3.2 Agilidade no atendimento do deslocamento de colaboradores, a serviço, de modo a possibilitar o cumprimento dos compromissos funcionais assumidos;

2.3.3 Possibilitar pronto deslocamento de colaboradores, a serviço, para atendimento de compromissos externos não previstos e/ou emergenciais;

2.3.4 Continuidade da prestação do serviço de transporte para os colaboradores da TELEBRAS.

2.3.5 Eficiência na administração do contrato, no controle de gastos e na geração de relatórios, por meio da utilização do portal Web disponibilizado pela CONTRATADA.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O objeto desse Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante.

3.3 A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e motoristas por ela credenciados e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DO DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

4.1 A empresa especializada na prestação de intermediação e agenciamento de transporte terrestre deverá executar os serviços, sob demanda, de acordo com o quantitativo abaixo estimado:

4.1.1 QUILOMETRAGEM ESTIMADA POR MÊS	1.600km
4.1.2 QUILOMETRAGEM ESTIMADA PARA 12 MESES	19.200km



4.1.3 ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM TOTAL (60 MESES)	96.000km
---	-----------------

4.2 A quantidade indicada na tabela acima foi baseada em uma estimativa de que o consumo na nova contratação seja superior ao consumo atual, caso os serviços funcionem a contento, haja vista que:

4.2.1 Durante parte do período da execução do contrato atual (iniciado em novembro de 2022) as atividades presenciais dos colaboradores da TELEBRAS estavam ainda em fase de retorno, devido à pandemia de COVID-19.

4.2.2 A atual CONTRATADA encontra-se em situação de descrédito pelos colaboradores, devido às diversas irregularidades na prestação do serviço, levando muitos deles a utilizarem veículos próprios, táxi ou transporte por aplicativo para se locomoverem a serviço.

4.3 Ademais, a estimativa indicada acima constitui mera previsão dimensionada, não estando a TELEBRAS obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

4.4 O quantitativo global estimado é de 96.000km (noventa e seis mil) quilômetros, para o período de 60 (sessenta) meses.

4.5 A presente contratação terá como unidade de medida o quilômetro rodado e o valor da corrida será igual à distância percorrida multiplicada pelo preço contratado por quilômetro.

4.6 O valor mínimo das corridas, cujo percurso realizado seja de até 2 (dois) quilômetros, será o equivalente a 3 (três) vezes o preço contratado por quilômetro.

4.7 Itinerários de maior frequência utilizados:

TELEBRAS > Esplanada dos Ministérios > TELEBRAS

TELEBRAS > COPE - Centro de Operações Espaciais (Lago Sul) > TELEBRAS

TELEBRAS > Setor de Autarquias Sul > TELEBRAS

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO III)

5.1 O serviço deverá ser executado, sob demanda, observando-se as regras e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Lei Distrital Nº 5.691/2016, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

5.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar solução tecnológica acessível para operação e gestão do serviço, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, devendo atender os requisitos e funcionalidades estabelecidas nos Anexos 1, 2 e 3 deste Termo de Referência.

5.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar o backup da base de dados da solução tecnológica, quando solicitado, com os dados dos cadastros, inclusive histórico de alterações, e das solicitações de serviço e atendimentos realizados.

5.4 Os acessos à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senhas pessoais cadastradas pelos próprios gestores e usuários, conforme especificado nos Anexos 2 e 3 deste Termo de Referência.



5.5 Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelos gestores, consideradas as abrangências de suas atuações, com utilização da aplicação web, conforme especificado no Anexo 2 deste Termo de Referência.

5.6 A critério da TELEBRAS, o cadastramento dos dados de gestores e usuários deverá ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

5.7 As solicitações de serviço deverão ser realizadas pelos passageiros, por meio de funcionalidades da aplicação web, do aplicativo mobile ou de telefonema para a central da CONTRATADA, conforme especificado nos Anexos 2 e 3 deste Termo de Referência, sendo observadas as seguintes condições:

5.7.1 Disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos na Região Administrativa de Brasília, e de 30 (trinta) minutos nas demais Regiões Administrativas do Distrito Federal, contados da data e hora da solicitação; salvo em condições anormais de trânsito provocadas por chuvas, alagamentos, greves, congestionamentos decorrentes de acidentes de trânsito ou deficiência técnica de rádio comunicação, cuja comprovação poderá ser solicitada pela TELEBRAS.

5.7.2 Após a chegada do veículo designado para atendimento no endereço de origem, o passageiro deverá ser aguardado por, no mínimo, 10 (dez) minutos para embarque;

5.7.3 Cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a CONTRATANTE, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais da data e hora da solicitação;

5.7.4 Cancelamento da solicitação pelo usuário, após cinco minutos iniciais da chamada e aceite do motorista, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

5.7.5 Cancelamento da solicitação, após a chegada do veículo no endereço de origem, quando transcorrido o prazo de 10 (dez) minutos sem a chegada do usuário para início do atendimento, a critério do motorista, com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

5.7.6 Apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do passageiro no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino. Tanto início quanto encerramento da apuração devem ser realizados mediante senha pessoal do usuário;

5.7.7 Proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros.

5.8 Os gestores e usuários deverão ser notificados automaticamente por e-mail das seguintes situações:

a) Quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;

b) Quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;

c) Quando os motoristas cancelarem solicitações, depois de aguardarem o passageiro solicitante por pelo menos 10 (dez) minutos, após a chegada do veículo ao endereço de origem;

d) Quando da finalização do atendimento, com apresentação das seguintes informações:

- Número identificador da solicitação;

- Matrícula do passageiro solicitante;

- Data e hora da solicitação;



- Endereços de origem e de destino;
- Nome do MOTORISTA designado para o atendimento;
- Placa do VEÍCULO designado para o atendimento;
- Imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, com as correspondentes coordenadas apuradas a cada 10 (dez) segundos, no mínimo, as quais deverão estar armazenadas na base de dados;
- Tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS;
- Valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado;
- Avaliação do atendimento, caso o usuário tenha realizado.

5.8.1 Quando não houver avaliação do atendimento por parte do usuário, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a corrida, a CONTRATADA poderá considerar a nota máxima para a referida viagem.

5.9 Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes, por quaisquer meios e deverá ser gerado relatório da contestação, conforme especificado nos Anexos 2 e 3 deste Termo de Referência.

5.10 Os atendimentos poderão, ainda, ser contestados pelo gestor do contrato e/ou servidor habilitado após revisão, caso seja identificado qualquer erro de cobrança.

5.11 Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo gestor do contrato e/ou servidor habilitado no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

5.12 A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo quando a internet não estiver ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

5.13 A CONTRATADA deverá manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros - APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário, para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário, para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário, para despesas médicas;

5.14 Os veículos designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, Lei Distrital 5.691/2016, Decreto nº 42.011/2021 e demais normas do CONTRAN, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

- a) Idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para veículos elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro CRLV;
- b) Sistema de ar-condicionado;
- c) Mínimo 4 (quatro) portas.
- d) A CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, um veículo adequado para cadeiras de rodas e pessoas com deficiência, conforme legislação do Distrito Federal.



5.15 Na ocorrência de fato superveniente, inclusive de ordem legal ou normativa de autoridade competente que trate do assunto, a exclusivo critério da CONTRATANTE, poderá ser autorizada eventual pedido da CONTRATADA para alteração da idade máxima dos veículos, observada a garantia da qualidade do serviço a ser prestado.

5.16 Caso a prestação do serviço seja realizada pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou STIP/DF, os veículos também deverão atender às disposições legais constantes neste Termo de Referência.

5.17 Os motoristas designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço deverão obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, Lei Distrital 5.691/2016, Decreto nº 42.011/2021 e demais normas do CONTRAN, no que couber, sendo a CONTRATADA responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

- a) Atender aos clientes com presteza e polidez;
- b) Trajar-se adequadamente para a função;
- c) Manter o veículo em perfeitas condições de segurança, funcionamento e higiene;
- d) Conduzir o veículo de acordo com a legislação de trânsito, zelando pela segurança dos usuários transportados.

5.17.1 Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou STIP/DF, a CONTRATADA também é responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais constantes neste Termo de Referência.

5.18 Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.19 A prestação de serviços de que trata esse Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme artigo 4º da IN 05 /2017-SEGES.

5.20 A TELEBRAS notificará a CONTRATADA, por escrito ou e-mail, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.21 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da TELEBRAS não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto deste edital.

5.22 A CONTRATADA deverá atender e manter durante a execução do contrato os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional.

5.23 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos a terceiros praticados por seus empregados, prepostos ou colaboradores em geral, durante a execução dos serviços a que se refere o edital da licitação.

5.24 A CONTRATADA deverá manter disponibilidade suficiente de carros na frota para atendimento das necessidades da TELEBRAS, bem como impedir que o motorista, que cometer irregularidade qualificada como de natureza grave, continue prestando o serviço à TELEBRAS.

5.25 Caso ocorra reclamação e/ou recusa de veículo por parte do usuário, a TELEBRAS fará o registro da ocorrência, informará e solicitará, formalmente, providências à CONTRATADA e, caso o veículo seja reincidente sob a mesma alegação, este será imediatamente descredenciado pela CONTRATANTE e a CONTRATADA sujeitar-se-á às Sanções previstas em Contrato.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO VI)

6.1 A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada por fiscal especialmente designado pela TELEBRAS, nos termos do disposto do artigo 132 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS.

6.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas pela equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.3 A equipe de fiscalização do contrato (fiscal, fiscal suplente e gestor do contrato) realizará a reunião inicial de alinhamento antes do início da execução do contrato.

6.4 Nesta reunião serão alinhadas as expectativas das partes envolvidas, explanadas as necessidades da TELEBRAS, fornecidas as orientações iniciais para execução dos serviços.

6.5 A CONTRATADA deverá designar formalmente o preposto da empresa, indicando expressamente os seus poderes e deveres na relação contratual, além de fornecer seus dados.

6.6 A comunicação entre a CONTRATADA e CONTRATANTE deverá ser realizada por intermédio do preposto da empresa e o gestor da execução contratual ou fiscais, por escrito, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência.

6.7 O fiscal do contrato designado deverá manter em registro próprio todos os eventos relevantes da contratação.

6.8 O descumprimento das obrigações assumidas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.9 A TELEBRAS poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize eventual situação em desacordo com o previsto em Contrato/Edital/Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

6.10 O fiscal do contrato avaliará a qualidade dos serviços prestados mensalmente, na forma do Anexo 4.

6.11 As decisões e ocorrências que perpassem a competência e poder de decisão do fiscal do contrato deverão ser levadas ao conhecimento do gestor contratual, papel exercido pelo gerente de logística da TELEBRAS.

7. OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)

7.1 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.

7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.3 Responsabilizar-se pela solicitação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.

7.4 Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pela TELEBRAS para a execução dos serviços pela CONTRATADA.

7.5 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

7.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN 05/2017 SEGES/MPDG.



7.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação de serviços, para que seja substituído ou corrigido, fixando prazo para sua substituição ou correção.

7.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal, especialmente designado, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato.

7.9 A fiscalização de que trata este item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da TELEBRAS ou de seus empregados, conforme art. 76 da Lei 13.303 de 2016.

7.10 O representante da TELEBRAS anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados da CONTRATADA eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.11 Exigir o afastamento ou substituição nos prazos estipulados, de qualquer empregado, motorista credenciado ou preposto da CONTRATADA cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial e inconveniente à execução dos serviços ou às normas da TELEBRAS.

7.12 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.14 Autorizar a devolução da garantia à CONTRATADA, após o encerramento do contrato, nas condições estabelecidas na IN 05/2017 SEGES/MPDG.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)

OBRIGAÇÕES	Infração em caso de descumprimento
8.1 Disponibilizar veículos para prestar serviço à contratante em perfeito estado de conservação e limpeza, sob pena de reclamação e/ou recusa por parte do usuário;	GRAVE
8.2 Diligenciar junto aos condutores para que todos: 8.2.1 Apresentem os veículos limpos em excelentes condições de manutenção; 8.2.2 Não procedam ao descarte de resíduos oriundos da prestação dos serviços junto ao meio ambiente.	GRAVE
8.3 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR - publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;	MÉDIO



8.4 Utilizar, preferencialmente, veículos movidos a combustíveis renováveis, equipados com sistema de catalisador, com o objetivo de diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera;	LEVE
8.5 Atender as orientações contidas na IN 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento;	MÉDIO
8.6 Designar formalmente um Preposto com poderes para operacionalizar o Contrato, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento e responsabilizar-se por todos os profissionais alocados aos serviços;	GRAVE
8.7 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;	GRAVÍSSIMA
8.8 Atender, tempestivamente, às solicitações de serviço de transporte efetuadas pelo empregado ou colaborador da TELEBRAS, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos na Região Administrativa de Brasília, e de 30 (trinta) minutos nas demais Regiões Administrativas do Distrito Federal;	GRAVE
8.9 Encaminhar à TELEBRAS, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução do serviço, relatório dos atendimentos realizados, contendo os dados relativos, tais como: percurso, dia, data, hora, usuário, gerência (ou centro de custo), valor do serviço por corrida e somatório do período. Após a validação do relatório por parte do fiscal, enviar a nota/fatura;	GRAVE
8.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;	GRAVE
8.11 Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros - APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário, para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário, para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário, para despesas médicas;	GRAVE
8.12 Substituir o veículo no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, em caso de acidente, incêndio, quebra ou outros problemas que impossibilitem a continuidade de sua utilização pelo usuário, o qual validará a quilometragem percorrida por cada um dos veículos, mediante sua senha pessoal;	MÉDIO
8.13 Manter disponibilidade suficiente de carros na frota para atendimento das necessidades da TELEBRAS;	MÉDIO



8.14 Responsabilizar-se por todas as providências necessárias, no caso da ocorrência de sinistro durante o transporte do usuário, não cabendo à contratante qualquer responsabilidade ou obrigação solidária;	GRAVE
8.15 Arcar com as multas resultantes de eventuais infrações cometidas pelos condutores dos veículos, as quais serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo à TELEBRAS qualquer responsabilidade solidária;	GRAVE
8.16 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitadas pela TELEBRAS de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações recebidas;	MÉDIO
8.17 Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato da TELEBRAS, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;	MÉDIO
8.18 Responsabilizar-se por quaisquer objetos/documentos deixados dentro dos veículos, devendo ser restituídos à TELEBRAS imediatamente;	GRAVE
8.19 Manter os veículos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, obedecendo a todas as normas que regulamentam a utilização de veículos;	GRAVE
8.20 Proceder à apuração de eventuais irregularidades na documentação, na utilização e no faturamento dos serviços: 8.20.1 Se comprovada a participação e/ou envolvimento de motorista(s) da CONTRATADA, este(s) será(ão) excluído(s), sumariamente, do atendimento aos usuários da TELEBRAS e a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas em contrato.	GRAVÍSSIMA
8.21 Exigir adequada apresentação pessoal dos motoristas, bem como uma postura correta no atendimento ao servidor usuário do serviço, tratando-o com respeito, urbanidade, cortesia e educação;	GRAVE
8.22 Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação durante todo o período da contratação;	GRAVE
8.23 Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando à TELEBRAS ou a terceiros por qualquer dano ou prejuízo causado à mesma, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes destes erros, omissões ou irregularidades;	GRAVE



8.24 Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato;	GRAVE
8.25 Responsabilizar-se por qualquer falha nos requisitos de segurança da sua aplicação tecnológica e arcar com o ônus decorrente das mesmas;	GRAVE
8.26 Disponibilizar instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação;	GRAVE
8.27 Possibilitar à CONTRATANTE acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados para análise do log de eventos, ou disponibilizar versão da base de dados em mídia própria à CONTRATANTE, ou ainda por intermédio de conexão remota pela rede de dados, com metodologia e protocolo a ser definido pela CONTRATANTE;	GRAVE
8.28 A solução em questão também poderá ser atendida por intermédio de soluções de WEBSERVICE ou API de dados que viabilizem o consumo de todas as informações da base para gestão e transparência sobre os dados;	GRAVE
8.29 Nos casos de manutenção preventiva e atualização do sistema, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 05h;	GRAVE
8.30 Caso a CONTRATADA necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação junto à CONTRATANTE, que avaliará o pleito; e	MÉDIO
8.31 Manter todas as funcionalidades existentes na solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile em funcionamento ininterrupto, excetuados os casos descritos no item 8.28.	GRAVE

9. DAS OBRIGAÇÕES DO MOTORISTA

OBRIGAÇÕES	Infração em caso de descumprimento
9.1 Cumprir as leis de trânsito.	GRAVE



9.2 Prestar o serviço solicitado, obedecendo ao roteiro determinado pelo usuário podendo sugerir alternativa apenas se menos onerosa ou de maior rapidez.	MÉDIO
9.3 Portar Carteira Nacional de Habilitação (atualizada), Cédula de Identidade e Certificado de Registro e Licenciamento - CRLV do veículo.	GRAVE
9.4 Zelar pela segurança dos usuários transportados.	GRAVÍSSIMA
9.5 Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de outros órgãos.	GRAVE
9.6 Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados e manter sigilo sobre quaisquer dados, informações e documentos de que venha a ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a prestação do serviço.	GRAVE
9.7 Evitar arrancadas e freadas bruscas.	LEVE
9.8 Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados demonstrando interesse pelo serviço executado.	GRAVE
9.9 Respeitar os semáforos, passagens de pedestres, barreiras eletrônicas, proximidades de escolas e hospitais e todos os outros locais que necessitem de maior atenção para cumprimento das normas de trânsito.	GRAVE
9.10 Não ligar rádio e ar condicionado sem a concordância dos passageiros.	LEVE
9.11 Atender à solicitação do passageiro para que o ar condicionado seja ligado.	MÉDIA
9.12 Não fumar ou utilizar telefone celular durante a prestação do serviço (percurso da corrida).	GRAVE

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS RELACIONADOS AO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA B)

10.1 As análises de riscos, bem como a matriz de riscos para a contratação do objeto em questão estão anexadas a este Termo de Referência (Anexo 6).

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS NA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA C)



11.1 A Administração ajustará o valor a ser pago à CONTRATADA de acordo com o cumprimento ou não do contrato dentro dos padrões estabelecidos. Desta forma, serão descontados percentuais das faturas, sempre que não forem atendidos os níveis de conformidade descritos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme especificado no Anexo 4;

11.2 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

11.3 O processamento das glosas não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de penalidade, quando cabível.

12. DAS SANÇÕES (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA D)

12.1 De acordo com o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.1.2 Advertência;

12.1.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

12.1.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2 Neste sentido, durante a execução do contrato, o descumprimento das obrigações da Contratada poderá gerar as seguintes sanções:

12.2.1 Advertências serão aplicadas nas hipóteses de ocorrências de infrações leves ou médias.

12.2.2 Multas serão aplicadas nas hipóteses de infrações médias, infrações graves ou gravíssimas, podendo ser combinadas com as demais sanções cabíveis.

12.2.3 A suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 02 anos será aplicada no caso de reincidência de infração grave ou na ocorrência de infração gravíssima.

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

12.4 A reincidência de ocorrência de uma mesma infração diversas vezes poderá elevar seu grau de severidade.

12.5 Ressalta-se que as glosas previstas no item 12.3 deste Termo de Referência não constituirão sanção administrativa em si, não havendo obrigatoriedade de registro no SICAF. No entanto, reiteradas avaliações medíocres ou ruins dos serviços prestados poderão ser caracterizados como descumprimento de obrigação da CONTRATADA, resultando em advertência, multa ou demais sanções.

12.6 Nos casos de descumprimento de obrigações que não possuam o valor da parcela inadimplida bem definido, poderá ser aplicada multa compensatória no valor de 0,25% a 2% do valor total do contrato, a depender da gravidade da infração cometida ou do prejuízo causado à TELEBRAS.

12.7 No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.7.1 Advertência;

12.7.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;



12.7.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.7.4 Também poderá ser aplicada a suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a CONTRATADA que:

12.7.4.1 apresentar documentação falsa;

12.7.4.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.7.4.3 fazer declaração falsa;

12.7.4.4 cometer fraude fiscal;

12.7.4.5 falhar ou fraudar na execução do objeto;

12.7.4.6 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.7.4.7 praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.8 Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções de advertência, suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) por inexecução das obrigações assumidas, sobre o valor da parcela inadimplida.

12.9 No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da imputação, a TELEBRAS poderá, nesta ordem:

12.9.1 descontar o valor da multa da garantia do respectivo contrato;

12.9.2 descontar o valor da multa dos pagamentos eventualmente devidos pela TELEBRAS, na hipótese garantia possuir valor inferior à multa;

12.9.3 não sendo viável a aplicação das regras das alíneas anteriores, será cobrada judicialmente.

12.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.11 As sanções tratadas neste tópico não impedem a aplicação de sanções de natureza penal, as quais observarão, no que couber, as normas contidas nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 1940).

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO VII)

13.1 Tendo em vista a natureza comum dos serviços a serem contratados e os seus valores, o objeto deste Termo de Referência será contratado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000; e lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO VIII, alínea A)

14.1 Para comprovação da qualificação técnica as Licitantes deverão apresentar:



14.2 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove(m), ter a empresa LICITANTE prestado serviços de transporte terrestre de passageiros cobrado por quilômetro rodado ou estar prestando serviço com características semelhantes ou superiores ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao LICITANTE, ficando reservado à TELEBRAS o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

14.2.1 Os atestados deverão comprovar que a LICITANTE prestou serviços de transporte terrestre de passageiros cobrado por quilômetro rodado totalizando o mínimo de 9.600km rodados por ano.

14.3 A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

14.4 A exigência de qualificação técnica constante acima visa confirmar que a empresa possui, efetivamente, experiência satisfatória anterior no desempenho de objeto similar ao submetido à Licitação e capacidade de atuação, atributos necessários e imprescindíveis à realização do objeto ante a relevância do objeto para a TELEBRAS.

14.5 Caso a licitante seja declarada vencedora da licitação deverá apresentar declaração de que possui ou possuirá uma pessoa responsável em Brasília-DF com poderes para resolver os problemas provenientes da execução do contrato, ou poderá apresentar declaração de que instalará, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

14.6 Todos os documentos encaminhados deverão estar em nome da PROPONENTE, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

15.1 A presente contratação terá como unidade de medida o quilômetro rodado e o valor da corrida será igual à distância percorrida multiplicada pelo preço contratado por quilômetro.

15.2 O valor global da proposta (V) será calculado com a seguinte fórmula: $(V) = (A) \times (B)$, sendo: (A) = quantidade estimada de quilômetros prevista no subitem 4.1.3 x (B) = valor do quilômetro rodado.

15.3 Para fins de apresentação da proposta comercial, a licitante deverá observar o modelo previsto em edital (Anexo 7), informando, necessariamente:

15.4 O preço do serviço (valor do quilômetro rodado) deverá conter todas as despesas com materiais, mão-de-obra, deslocamentos, alimentação, ferramentas, equipamentos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários, custos diretos e indiretos e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto;

15.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Termo e do respectivo Edital, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

16. PROVA DE CONCEITO - PoC

16.1 O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar será convocado para realização de Prova de Conceito-PoC, na Sede da TELEBRAS.



16.2 A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo 5 deste Termo de Referência.

16.3 Todas as despesas decorrentes de participação da PoC são de responsabilidade dos licitantes.

16.4 A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando se a solução tecnológica atende ou não os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

16.5 O teste de disponibilidade da solução tecnológica será realizado pela equipe técnica da CONTRANTE pelo período de 2 (dois) dias úteis.

16.5.1 O aplicativo mobile, versões iOS e Android, deve possuir experiência de uso fluida e sem qualquer travamento durante toda a jornada do usuário, que inclui o uso do aplicativo desde o login até a finalização da corrida.

16.5.2 As versões mobile, iOS e Android, deverão ser idênticas em suas funcionalidades, ou seja, ambas devem contemplar os mesmos serviços igualmente.

16.6 A licitante deverá apresentar documento que certifique que sua solução tecnológica atende ao requisito de segurança conforme item 10 do Anexo 5 deste Termo de Referência .

16.7 Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade integral, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

16.8 Será considerada aprovada com ressalvas a solução tecnológica que, embora possua todos os requisitos e funcionalidades previstas, apresente falhas durante a PoC.

16.9 Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, o licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de ciência do relatório.

16.10 Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

16.11 No caso de desclassificação do licitante, será convocado o próximo licitante classificado para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarado vencedor.

17. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO VIII, alínea D)

17.1 A presente **licitação será do tipo menor preço**, atendidas as especificações, constantes neste Termo de Referência.

17.2 O critério de julgamento para selecionar a proposta mais vantajosa será o de menor valor oferecido pelas empresas.

17.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 A TELEBRAS poderá realizar diligência nas instalações da adjudicatária, com vistas a verificar a veracidade das informações prestadas.

18. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO E QUANTITATIVOS (REGUL. DE LICIT. E CONTR. TELEBRAS, ART. 24, INCISO IX)



18.1 Tendo em vista que este Termo de Referência utilizará o MENOR PREÇO como critério de julgamento, a estimativa de preços será sigilosa.

18.2 Vale destacar que o preço de referência foi baseado em pesquisa de mercado utilizando empresas de mercado e preços públicos por meio das ferramentas banco de preços: <https://www.bancodeprecos.com.br/>.

18.3 Ressalta-se que o preço referência é decorrente de pesquisa realizada pela gerência demandante da solução, assim como, por pesquisa realizada pela Gerência de Compras e Contratos.

19. INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

19.1 A execução do serviço será iniciada no prazo de até 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato.

19.2 A CONTRATADA deverá fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os instrumentos de capacitação a serem utilizados, tais como vídeos, apresentações, tutoriais, cartilhas, folders, banners, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.3 Caso seja necessária adaptação na solução tecnológica em função dos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Anexos 1, 2 e 3 deste Termo de Referência, para operação e gestão do serviço, deverá ser considerada a aplicação web e o aplicativo mobile, de forma que sejam atendidas todas aquelas exigências.

19.4 A CONTRATADA deverá realizar teste da operação e gestão do serviço, sem ônus para a CONTRATANTE.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (RELIC, ART. 29, INCISO I)

20.1 O contrato decorrente do processo licitatório terá vigência de 60 meses, conforme previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS e na Lei 13.303/2016.

20.2 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a rescisão do instrumento, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA, em um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela TELEBRAS, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência do Banco indicado pela CONTRATADA..

21.1.1 A Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA deverá ter o seu valor correspondente ao somatório dos valores dos atendimentos realizados no mês de execução, conforme subitem 21.1.5, deduzidas as eventuais glosas e/ou multas estabelecidas, sendo que os valores de impostos e contribuições serão retidos pela CONTRATANTE na condição de substituto tributário, conforme estabelecido na legislação tributária vigente.

21.1.2 A CONTRATADA deverá, previamente à apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal, apresentar relatório discriminando os serviços prestados à Telebras, relacionando todas as solicitações feitas, contendo os dados das solicitações de serviço e respectivos atendimentos realizados, especificados na letra "a" do subitem 1.4. do Anexo 2.

21.1.3 O relatório deverá contemplar também os eventuais valores de glosa estabelecidos pelo IMR, conforme disposto no Anexo 4 deste TR.

21.1.4 O relatório deverá ser apresentado pela CONTRATADA para aprovação do gestor do contrato e recebimento do objeto, após isso será autorizada a emissão da Nota Fiscal/Fatura com o valor aprovado pela fiscalização.



21.1.5 A emissão do documento fiscal não poderá ultrapassar o mês subsequente ao que se verificou a prestação do serviço.

21.1.6 Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal/Fatura apresentada, a CONTRATADA será notificada para efetuar as devidas correções, sendo a contagem do prazo acima reiniciado e contado da data do recebimento dos documentos corrigidos, não respondendo a TELEBRAS por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

21.2 A empresa não poderá cobrar valor superior ao valor do quilômetro rodado informado em sua proposta de preço, salvo para aquelas corridas que não ultrapassarem o valor mínimo, conforme subitem 4.6.

21.3 A CONTRATADA deverá manter-se durante todo o contrato em situação regular junto com os Órgãos Fiscais e Trabalhistas conforme as seguintes certidões:

21.3.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal;

21.3.2 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

21.3.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

21.3.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

22. DO FATURAMENTO

22.1 O faturamento deverá ser realizado na Sede da TELEBRAS, conforme dados informados abaixo, devendo o documento de pagamento ser entregue no protocolo da TELEBRAS, dentro do período de recebimento de documentos de cada mês (o calendário fiscal será informado quando da assinatura do contrato).

22.2 Endereço para faturamento e entrega do documento de pagamento:

22.2.1 Sede Brasília: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco A - Sala 218 - Edifício Capital Financial Center. CNPJ TELEBRAS: 00.336.701/0001-04.

23. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

23.1 Não haverá reajuste de preços, salvo na hipótese de transcurso de mais de 12 (doze meses) meses desde a data da apresentação da proposta, após negociação e estabelecimento de comum acordo dentre as partes.

23.2 Para fins de reajuste, adotar-se-á a variação acumulada de 12 meses do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), tomando-se por base o mês da apresentação da proposta.

23.3 A contratada deverá apresentar proposta de reajuste contendo a memória de cálculo para análise da Telebras.

23.4 Será vedado qualquer novo reajuste pelo prazo inferior a 1 (um) ano.

23.5 Caso o índice estabelecido para aplicação do reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o índice que vier a ser determinado.

23.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

23.7 As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.



23.8 O quantitativo do objeto deste contrato poderá ser acrescido em até 25%, desde que em comum acordo entre as partes, conforme art. 81, §1º e §2º da lei 13.303 de 2016.

24. DA GARANTIA DO CONTRATO (RELIC, ART. 117)

24.1 Para segurança do integral cumprimento do contrato, inclusive multa eventualmente aplicada, será exigida da CONTRATADA garantia, a qual será escolhida a seu critério, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação da TELEBRAS.

24.2 A CONTRATADA poderá escolher qualquer uma das modalidades previstas no § primeiro do Artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, conforme descrito a seguir:

24.2.1 Caução em dinheiro;

24.2.2 Seguro-garantia;

24.2.3 Fiança bancária.

24.3 A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

24.4 A garantia ficará sob a responsabilidade da Gerência de Compras e Contratos da TELEBRAS. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela TELEBRAS, mediante correspondência entregue com recibo.

24.5 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída atualizada monetariamente, na hipótese de ter sido apresentada sob a forma caução em dinheiro e, em todos os casos, em até 03 (três) meses após a execução do contrato, conforme previsto § 8º do art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, amparado no §4º do art. 70 da Lei nº 13.303 de 2016.

25. DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1 O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de judicialização do ato, no caso de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento, e em especial por:

25.1.1 Reiterado descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;

25.1.2 Subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato;

25.1.3 Paralisação dos serviços sem justa causa;

25.1.4 Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato, registradas em advertência;

25.1.5 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato;

25.1.6 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;

25.1.7 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

25.1.8 Em função da suspensão do direito da CONTRATADA licitar ou contratar com a União ou com a TELEBRAS.



25.2 Em qualquer das hipóteses acima referidas, a CONTRATADA deverá reparar, integralmente, os prejuízos causados à TELEBRAS, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, que poderão ser aplicadas no todo ou em parte, a critério exclusivo da TELEBRAS.

26. DA RESILIÇÃO

26.1 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a extinção do instrumento contratual, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

27. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

27.1 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

27.2 A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

27.3 A CONTRATADA deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

27.4 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

27.5 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

28. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1 Em face da baixa complexidade dos serviços a serem contratados por este Termo de Referência não será admitida a participação de consórcio e subcontratação do objeto.

29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

29.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da TELEBRAS à continuidade do contrato.

30. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento Anual, a cargo da TELEBRAS, cujo elemento de despesas específica constará no respectivo instrumento contratual.

31. DO FORO

31.1 O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

32. ELABORAÇÃO

32.1 Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação formalmente designada pela Nota Técnica para Oficialização da Demanda TLB-NTE-2023/00738.



Brasília, 07 de outubro de 2024.

MARINA CORBUCCI CAMPOS
Especialista Gestão de Telecomunicações
Gerência de Logística

IGOR FELIPE DE OLIVEIRA ARAÚJO
Gerente
Gerência de Logística

